

SEMESTRE: 2	ANO: 2020	C/H: 33	AULAS: 40
CURSO: DIREITO		CAMPUS: ALFENAS	
DISCIPLINA: DIREITO CIVIL VI			
PLANO DE ENSINO-APRENDIZAGEM			
OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM: - Analisar o Direito de Família de forma crítica e social, diante da dimensão moral e espiritual da família em confronto com a legislação. - Analisar e apresentar soluções de estudo de casos concretos, de acordo com a legislação, doutrina e jurisprudência. - Apresentar uma conduta ética, associada à responsabilidade social e profissional, no trato das questões de Direito de Família. - Apresentar conhecimentos básicos introdutórios ao estudo do Direito das Sucessões			
EMENTA: TUTELA. CURATELA. FILIAÇÃO. PARENTALIDADES. ALIMENTOS. MEIOS DE COBRANÇA DE ALIMENTOS. PRISÃO CIVIL			
METODOLOGIA: Exposição Dialogada: SIM ☒ NÃO ☐ Trabalho de grupo: SIM ☒ NÃO ☐ Debate: SIM ☒ NÃO ☐ TBL: SIM ☐ NÃO ☒ PBL: SIM ☐ NÃO ☒ Aula invertida: SIM ☒ NÃO ☐ Mapa Conceitual: SIM ☐ NÃO ☒	Estudo de caso: SIM ☒ NÃO ☐ Seminário: SIM ☒ NÃO ☐ Painei: SIM ☐ NÃO ☒ Fórum/Chat: SIM ☒ NÃO ☐ PBL: SIM ☐ NÃO ☒ Tempestade Cerebral (Brainstorming): SIM ☒ NÃO ☐ Dramatização/ Role Play: SIM ☐ NÃO ☒		
RECURSOS AUXILIARES: Computador: SIM ☒ NÃO ☐ Vídeos: SIM ☒ NÃO ☐ Projetor Multimídia: SIM ☒ NÃO ☐ Álbuns Seriadados: SIM ☐ NÃO ☒ Slides: SIM ☒ NÃO ☐ Manequins: SIM ☐ NÃO ☒ Lousa Eletrônica: SIM ☒ NÃO ☐	AVA*: SIM ☒ NÃO ☐ Atividades clínicas: SIM ☐ NÃO ☒ Lousa: SIM ☒ NÃO ☐ Internet: SIM ☒ NÃO ☐ Laboratório: SIM ☐ NÃO ☒ Vídeo conferência: SIM ☒ NÃO ☐ Prancheta Digitalizadora: SIM ☐ NÃO ☒		
*Ambiente Virtual de Aprendizagem			
AVALIAÇÃO: Discursiva: SIM ☒ NÃO ☐ Múltipla escolha: SIM ☒ NÃO ☐ Oral: SIM ☒ NÃO ☐	Prática: SIM ☐ NÃO ☒ Trabalhos de pesquisa: SIM ☒ NÃO ☐		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: Carvalho, Dimas Messias de. Direito das famílias . 7. ed. São Paulo - SP - Brasil: Saraiva, 2018. Ebook. (1 recurso online). ISBN 9788553610389 Disponível em: . Acesso em: 30 de Julho de 2020. Madaleno, Rolf. Direito de família . 9. ed. Rio de Janeiro - RJ - Brasil: Forense, 2019. Ebook. (1 recurso online). ISBN 9788530984670 Disponível em: . Acesso em: 29 de Julho de 2020. Venosa, Sílvio de Salvo. Direito civil, v. 5 - família e sucessões . 20. ed. São Paulo - SP: Atlas, 2020. Ebook. (1 recurso online). ISBN 9788597024777 Disponível em: . Acesso em: 29 de Julho de 2020.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: Farias, Cristiano Chaves de. Curso de direito civil - famílias . 10. ed. Salvador - BA - Brasil: Juspodivm, 2018. Gagliano, Pablo Stolze. Novo curso de direito civil, v - direito de família . 9. ed. São Paulo - SP: Saraiva, 2018. Tartuze, Fernanda. Processo civil no direito de f - teoria e prática . 4. ed. São Paulo - SP - Brasil: Método, 2019. Ebook. (1 recurso online). ISBN 9788530985646 Disponível em: . Acesso em: 29 de Julho de 2020. Pereira, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil, - direito das sucessões . 27. ed. Rio de Janeiro - RJ - Brasil: Forense, 2020. Ebook. (1 recurso online). ISBN 9788530990572 Disponível em: . Acesso em: 29 de Julho de 2020. Nucci, Guilherme de Souza. Estatuto da Criança e do Adolescente . 4. ed. Rio de Janeiro - RJ - Brasil: Forense, 2018. Ebook. (1 recurso online). ISBN 9788530979959 Disponível em: . Acesso em: 29 de Julho de 2020.			

SEMESTRE: 2	ANO: 2020	C/H: 33	AULAS: 40
CURSO: DIREITO		CAMPUS: ALFENAS	
DISCIPLINA: DIREITO CIVIL VI			
PLANO DE ENSINO-APRENDIZAGEM			
CONTEÚDOS			
1º. BIMESTRE			
1. ADOÇÃO			
1.1 Conceito e histórico			
1.2 Natureza jurídica da adoção			
1.3 Adoção no Código Civil 2002 e no Estatuto da Criança e do Adolescente.			
1.4 Do estágio de convivência			
1.5 Da sentença de adoção e seu registro			
1.6 Efeitos da sentença de adoção			
1.7 Dos cadastros de crianças e adolescentes disponíveis para a adoção			
1.8 Dos cadastros de pretendentes à adoção			
1.9 Da adoção internacional			
1.10 Dos princípios norteadores da adoção internacional			
1.11 Dos tratados internacionais em matéria de adoção internacional			
2. FILIAÇÃO			
2.1 Conceito e classificação			
2.2 Paridade na filiação			
2.3 Provas da paternidade e maternidade			
2.4 Da filiação oriunda de técnicas de reprodução assistida			
2.5 Presunções legais da maternidade e paternidade			
2.6 Da ação investigatória e da negatória da maternidade e paternidade			
2.7 Da averiguação oficiosa de paternidade prevista na Lei 8.560/92			
2.8 Das ações retificatórias da filiação			
2.9 Da desbiologização da paternidade			
2.10 Dos efeitos do reconhecimento da paternidade e/ou maternidade			
2.11 Da relativização da coisa julgada na ação investigatória de paternidade			
2.12 Do reconhecimento da filiação socioafetiva perante os Tribunais brasileiros e seus efeitos jurídicos			
2.13 Da multiparentalidade			
2.14 Do abandono afetivo e da indenização por danos morais nas relações parentais			
3. DIREITO ASSISTENCIAL			
3.1 TUTELA			
3.1.1 Conceito e natureza jurídica			
3.1.2 Espécies de tutela			
3.1.3 Da tutela prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente			
3.1.4 Dos incapazes de exercer a tutela – proibições legais;			
3.1.5 Da nomeação para o encargo de tutor			
3.1.6 Da escusa do tutor			
3.1.7 Do exercício da tutela			
3.1.8 Da prestação de contas			
3.1.9 Cessação da tutela			
3.2 CURATELA			
3.2.1 Conceito, natureza jurídica e pressupostos legais da curatela			
3.2.2 Dos princípios norteadores da curatela previstos no Estatuto da Pessoa com Deficiência			
3.2.3 Das pessoas sujeitas à curatela			
3.2.4 Dos direitos da pessoa com deficiência previstos na Lei 13.146/2014			
3.2.5 Do processo de interdição previsto no CPC			
3.2.6 Da legitimidade para requerer a interdição			
3.2.7 Nomeação de curador e exercício da curatela			
3.2.8 Da prestação de contas pelo curador			
3.2.9 Da sentença de interdição e seus efeitos			
3.2.10 Levantamento da interdição			
3.2.11 Das internações involuntárias e compulsórias (Lei no. 10.216/01)			
3.3 DA TOMADA DE DECISÃO APOIADA			
3.3.1 Do apoiado e dos apoiadores			
3.3.2 Dos limites do apoio			
3.3.3 Da substituição dos apoiadores			
2º BIMESTRE			

4. ALIMENTOS

- 4.1 Conceito e natureza jurídica
- 4.2 Fontes do direito alimentar
- 4.3 Classificação e modalidades dos alimentos
- 4.4 Sujeitos da obrigação alimentícia
- 4.5 Pressupostos da obrigação alimentar
- 4.6 Transmissão da obrigação alimentar
- 4.7 Mutabilidade do quantum da pensão alimentícia
- 4.8 Dos alimentos intuitu personae e intuitu familiae
- 4.9 Alimentos compensatórios e alimentos transitórios
- 4.10 Dos alimentos gravídicos
- 4.11 Dos alimentos previstos no “Estatuto do Idoso”
- 4.12 Dos alimentos previstos na “Lei Maria da Penha”

5. AÇÕES ENVOLVENDO ALIMENTOS

- 5.1 Pedido de alimentos
- 5.2 Pedido de alimentos em face de avós e colaterais
- 5.3 Oferta de alimentos
- 5.4 Ação de investigação de paternidade c/c pedido de alimentos
- 5.5 Ação revisional de alimentos
- 5.6 Ação exoneratória de alimentos

6. COBRANÇA DE ALIMENTOS

- 6.1 Cumprimento de sentença pelo rito da prisão civil (execução indireta/coação pessoal)
- 6.2 Cumprimento de sentença pelo rito da expropriação
- 6.3 Execução de alimentos fixados em título extrajudicial
- 6.4 Da prisão do devedor de alimentos
- 6.5 Do protesto extrajudicial do título em que fixados os alimentos
- 6.6 Da inclusão dos dados do devedor de alimentos em cadastros negativadores de crédito
- 6.7 Do desconto em folha do valor dos alimentos
- 6.8 Da penhora dos alimentos vencidos em folha de pagamento
- 6.9 Da prescrição da cobrança das parcelas ref. alimentos